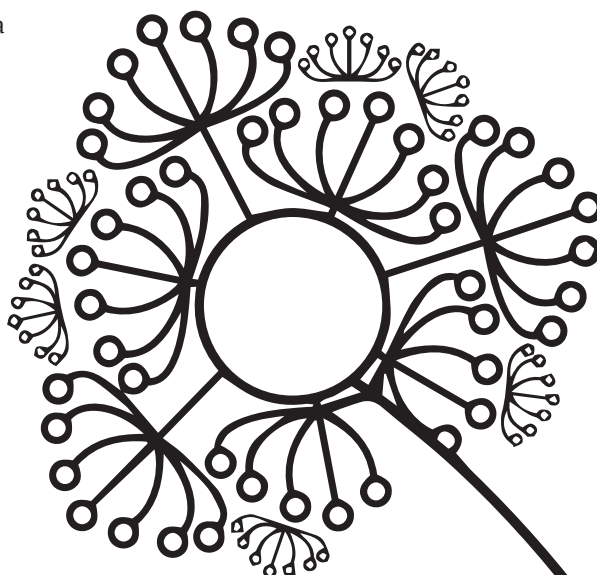


11. *O papel das empresas sociais no desenvolvimento sustentável e na defesa do ambiente*

Michela Giovannini, Pedro Fidalgo e Sílvia Ferreira



ÍNDICE

	<i>Pág.</i>
Introdução _____	329
1. Empreendedorismo individual e coletivo _____	331
2. Desafios sociais e societais _____	331
3. Papéis das empresas sociais _____	336
4. Quadros legais e institucionais _____	344
Conclusão _____	350
Referências bibliográficas _____	351

Introdução

Num contexto de crise ecológica e climática global os desafios no âmbito da sustentabilidade das sociedades têm vindo a ser reconhecidos pela sua premência, ganhando destaque na agenda política, mediática e académica.

À medida que as alterações climáticas se fazem sentir a nível global, afetando todas as sociedades, torna-se indiscutível a urgência desta matéria, dado o seu potencial impacto nas vidas das gerações humanas presentes e futuras, bem como na vida do planeta em geral. As mudanças climáticas são uma constante na história do planeta, no entanto, a partir da industrialização, assistimos a um período de aceleração e desestabilização dos ciclos climáticos terrestres. Este período cunhado como “Antropoceno” (Crutzen e Stoermer 2000 *apud* Carvalho *et al.* 2021), corresponde à época geológica contemporânea, marcada pela influência da espécie humana como agente com impacto no sistema Terra.

A discussão em torno do ambiente e da sustentabilidade tem-se intensificado nas últimas décadas, quer do ponto de vista da mobilização da sociedade civil, nomeadamente dos jovens em iniciativas como a Greve Climática Estudantil,¹ quer do ponto de vista dos governos, com a implementação de programas que refletem um reconhecimento multilateral da crise ambiental como uma “ameaça existencial”, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, em 2015, ou o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas,² adotado em 2015, que visa a descarbonização das economias mundiais ou, mais recentemente, a nível da UE, a adoção de Pacto Ecológico Europeu.³

Apesar de haver uma mobilização internacional para a questão ambiental, o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC 2019), num relatório elaborado por um grupo de peritos, demonstra a insuficiência destas estratégias de governação global na resposta à crise (Barca 2020). Reconhecendo a importância de estratégias multilaterais no combate à crise climática, o relatório aponta que estas necessitam de ser fortalecidas para limitar o aquecimento global em 0,5 °C (limitando-o a um aumento de 1,5 °C face a 2 °C num cenário de inação). A agenda internacional para o clima sofreu o efeito de entraves gerados pela pandemia da COVID-19, nomeadamente no que toca às negociações (Eckstein *et al.* 2021).

1 Um movimento estudantil global responsável pela organização a nível internacional da primeira greve às aulas pelo clima, em março de 2019.

2 Que entrou em vigor a 4 de novembro de 2016. <<https://files.dre.pt/gratuitos/1s/2016/09/18901.pdf>>.

3 Um programa apresentado a 11 de dezembro de 2019 pela Comissão Europeia, e que prevê ações nas áreas estratégicas do Clima, Energia, Agricultura, Indústria, Ambiente e Oceanos, Transportes, Desenvolvimento turístico e regional e Investigação e inovação. <https://ec.europa.eu/info/strategy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt#thematicareas>.

O Relatório da Agência Europeia do Ambiente (EEA 2019a) é taxativo em afirmar que «embora as políticas europeias em matéria de ambiente e clima tenham contribuído para determinadas melhoras a nível ambiental nas últimas décadas, a Europa não está a fazer progressos suficientes e as perspetivas para o ambiente na próxima década não são positivas» (EEA 2019a). Este relatório identifica alguns progressos europeus em direção às metas, mas também desacelerações e retrocessos. No primeiro caso conta-se a eficiência dos recursos e a economia circular, no caso dos retrocessos a lista é maior, verificando-se uma desaceleração na redução de emissão de gases, de emissões industriais, de produção de resíduos, do desenvolvimento da eficiência energética, das energias renováveis e da conservação da biodiversidade e da natureza.

Além dos efeitos imediatos das catástrofes provocadas por fenómenos climáticos extremos como cheias, tempestades e ciclones, ou incêndios, em termos de perdas de vida humana, e meios de vida e subsistência, verificam-se também os efeitos prolongados na vida e saúde humanas ou na produção de alimentos. Todos estes efeitos articulam-se com relações de poder geradoras de desigualdades sociais, refletindo-se com mais acuidade nas pessoas mais pobres, racializadas, indígenas e dos géneros femininos (Riquito 2021), quer em termos de vulnerabilidade aos riscos ambientais, quer em termos da capacidade de mitigação dos mesmos.

No contexto da crise climática, Portugal apresenta vários fatores de vulnerabilidade, pela sua posição geográfica e socioeconómica, que se têm vindo a tornar evidentes com a ocorrência de fenómenos climáticos extremos, alguns dos quais com consequências sociais e económicas devastadoras, como no caso de incêndios, cheias ou tempestades, encontrando-se numa das piores posições a nível europeu no Índice de Risco Climático Global 2021 (Eckstein *et al.* 2021).

Algumas regiões, como o Sul de Portugal, correm riscos de desertificação, o que tornará o ambiente insustentável para a vida. Por outro lado, também tem sido sublinhado que Portugal possui algumas vantagens como a qualidade do ar e da água, a biodiversidade ou a manutenção de culturas e saberes ligados à pequena agricultura e a circuitos curtos de produção e consumo, sobretudo nos meios rurais. Neste contexto, podem-se citar exemplos como a região do Barroso, considerada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura como Sistema Importante do Património Agrícola Mundial (SIPAM).

Tem-se verificado um esforço significativo, por parte dos poderes locais associados a organizações da economia social, e com um significativo suporte nas políticas europeias, em manter as populações e as atividades económicas nos territórios, evitando a concentração excessiva nas grandes cidades. A valorização da sustentabilidade ambiental, tem-se tornado um fator cada vez mais relevante para estes territórios, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, mais recentemente, têm surgido iniciativas de cidadãos, frequentemente enraizadas nos territórios ou orientadas para escalas de proximidade, que experimentam e valorizam formas de viver em harmonia com a natureza, estratégias de regeneração ambiental e humana e alternativas a lógicas económicas globais e competitivas que têm estado subjacentes à destruição ambiental. As empresas sociais estudadas no âmbito do projeto TIMES enquadram-se nestes movimentos.

Esta secção do relatório procura colocar o enfoque sobre as empresas sociais com atividades na área do ambiente e da sustentabilidade que foram investigadas no Estudo de caso múltiplo e participaram no *focus group*.

As empresas sociais analisadas partilham como características, a existência de uma missão socioambiental, privilegiando os interesses dos seus membros, da comunidade, do ambiente e da sociedade em geral, assumindo uma parte de risco económico e demonstrando uma tendência para a governação democrática. Entre a amostra encontram-se organizações com

atuações voltadas para a criação de emprego (**Microninho/ADSCCL**), para a produção e consumo numa lógica comunitária e local (**Herdade do Freixo do Meio** e **Cooperativa Minga**), energias renováveis (**Coopérnico**), produção e consumo sustentável (**Vintage for a Cause**). O *focus group* permitiu-nos aceder às experiências de organizações que procuram uma abordagem sustentável à produção de produtos de origem animal, nomeadamente o mel (**Beesweet**), com um foco na economia circular, com vista a combater o desperdício (**DariAcordar**), bem como com atividades na área da educação, sensibilização e advocacia (**Biovilla**), e movimentos sociais ambientalistas (**Zero, Empregos para o Clima**).

1. Empreendedorismo individual e coletivo

As origens das organizações ativas na área do desenvolvimento sustentável são diversas e podem vir dum esforço de empreendedorismo que, no âmbito das organizações analisadas, pode ser individual (**Vintage for a Cause**, **ADSCCL – Microninho**), ou coletivo (**Herdade do Freixo do Meio**, **Coopérnico**, **Cooperativa Minga**).

Podem resultar do problema vivido pelas pessoas e fazer parte de um processo de mobilização para a resolução de necessidades experimentadas pelos fundadores (lógica mutualista) ou orientar-se para o apoio a terceiros (lógica altruísta), ambas articuladas com uma lógica ética que estende estas preocupação ao planeta.

O objetivo específico da maioria das organizações analisadas é de trazer um desenvolvimento sustentável holístico e integral das localidades onde se situam (**Herdade do Freixo do Meio**, **Minga**, **Microninho**). Isto acontece através de atividades, baseadas em recursos endógenos, que são geradoras de emprego, serviços, possibilidades de encontro entre as pessoas da comunidade que favorecem o desenvolvimento de novas iniciativas, em benefício tanto dos indivíduos quanto das comunidades locais. As organizações não estão focadas na resolução de objetivos estritamente ambientais *per se*, mas olham também para as consequências socioeconómicas destas questões ambientais. Por exemplo, no caso da **ADSCCL** entre os objetivos há uma tentativa de melhoria das condições socioeconómicas das pessoas afetadas pelos incêndios florestais de 2017, sendo que muitas delas estavam parcialmente dependentes da silvicultura e agricultura. De facto, as atividades agrícolas têm um papel importante em várias das organizações (**Herdade do Freixo do Meio** e **Minga**). Trata-se, pois, de intervenções em que os objetivos ambientais e os objetivos sociais e económicos estão interligados, sendo que o desafio de uma produção agrícola mais respeitadora do ambiente tem consequências sociais ao nível da empregabilidade das pessoas e da sustentabilidade da comunidade local. Este aspeto é muito visível no caso da **Herdade do Freixo do Meio**, sendo que as suas atividades estão focadas na produção agroecológica e no consumo de proximidade.

2. Desafios sociais e societais

As empresas sociais analisadas neste relatório desenvolvem intervenções específicas, que se dirigem a desafios no âmbito do ambiente e da sustentabilidade que, como começámos por referir, assumem um carácter particularmente agudo em Portugal. Nesta secção procuramos identificar quais os problemas socioambientais abordados pelas organizações. As organizações identificam os problemas quer discursivamente através da crítica de modelos, instituições e sistemas existentes, quer através das suas atividades. Dada a urgência da crise climática as organizações estabelecem uma ponte entre as suas atividades socioeconómicas e o seu posicionamento político.

2.1. Urgência da crise climática

A crise climática é identificada como principal problema no campo do ambiente e da sustentabilidade. As organizações reconhecem que estamos perante um processo de agudização dos efeitos da atividade humana desde a industrialização, que, pela sobre-exploração de recursos e uso de combustíveis fósseis, desencadeou um processo de aquecimento global que deve ser tratado com urgência, dada a ameaça que constitui face à preservação da vida no planeta.

A degradação ambiental está conectada com a sobre-exploração de recursos naturais não renováveis, como combustíveis fósseis e matérias-primas. Esta sobre-exploração, não só leva ao tendencial esgotamento destes recursos, como tem também contribuído para a degradação do ambiente, através da poluição atmosférica, do solo e das águas, que promove o aquecimento global e corresponde a algumas das maiores causas da degradação da saúde das populações.

Existe falta de reconhecimento do caráter emergencial da crise climática, mesmo ao nível de instrumentos concretos como o Pacto Ecológico Europeu. A **Empregos para o Clima** aponta a insuficiência deste Pacto, nomeadamente porque se trata de um novo projeto de crescimento económico, não reconhecendo o caráter urgente da resposta à crise, que “a casa está a arder” (*Focus group*, Coordenador de Campanha, Empregos para o Clima). Também no caso português é apontado o não reconhecimento do caráter emergencial da crise climática, devido à passividade dos decisores políticos. É ainda de ressaltar a existência de posições negacionistas da crise climática, que minam o consenso em torno da resposta à crise.

São políticas negacionistas, políticas não baseadas na ciência, baseadas em consensos irrealistas entre empresas e entre gestores de empresas que às vezes têm um papel como políticos [...] se é possível fazer novos aeroportos em Lisboa, então a nossa casa não está a arder. Pronto, são estas políticas genocidas e suicidas, são absolutamente negacionistas do clima, isso condiciona toda a abordagem do assunto e condiciona tudo o que pode seguir à frente. (*Focus group*, Coordenador de Campanha, Empregos para o Clima)

2.2. Degradação ambiental

A degradação ambiental expressa-se em eventos extremos e em processos de desertificação acentuados pelo impacto da atividade humana no esgotamento e erosão dos solos. Os prognósticos são de que esta degradação das condições ambientais se aprofunde ao longo do tempo, com efeitos concretos ao nível da qualidade da água, do ar e do solo. Por sua vez, as alterações climáticas produzem efeitos socioeconómicos. Estas consequências tendem a atingir populações que dependem da natureza para a sua subsistência, intensificando a sua vulnerabilidade.

A **Herdade do Freixo do Meio** está inserida numa região agrícola (Alentejo) marcada por décadas de sobre-exploração, com base numa agricultura químico/mecânica com recurso à monocultura, implementada desde o Estado Novo, continuada no período pós-Revolução e, depois, pela Política Agrícola Comum, da União Europeia. Isto levou os solos à exaustão, tornando-se pouco produtivos. Ao mesmo tempo, a abertura dos mercados e a globalização foram tornando cada vez mais desafiante a sustentabilidade da agricultura convencional. O Alentejo é uma região onde se verifica uma ameaça da desertificação por via da erosão dos solos e das alterações climáticas. Este diagnóstico está presente em relatórios que apontam o Sul de Portugal como uma das regiões mais vulneráveis da Europa. Por exemplo, o Relatório de 2019 da Agência Europeia do Ambiente refere que:

A região do Alentejo em Portugal é geralmente classificada com uma área altamente vulnerável às mudanças climáticas e em elevado risco de desertificação, devido ao seu índice de aridez e quantidade de solos de baixa qualidade, aliado aos cenários climáticos que projetam, para esta região, uma diminuição dos níveis de precipitação, um aumento da frequência, duração e intensidade das secas e um aumento das temperaturas. (EEA 2019b, 79)

2.3. Desertificação humana

A intervenção e as declarações de várias organizações estudadas denotam um problema demográfico na sociedade portuguesa. É identificada a dificuldade de atração e retenção das populações em territórios rurais de baixa densidade, inter-relacionada com dificuldades de acesso ao emprego e de acesso a bens e serviços, o que promove a emigração das populações, em especial dos mais jovens, para os meios urbanos, aprofundando a desertificação humana destes territórios e a consequente perda de capacidade produtiva.

Desta forma, os territórios rurais são cada vez mais caracterizados por um progressivo despovoamento e um elevado envelhecimento populacional. A questão demográfica reflete-se na questão ambiental, uma vez que é sobretudo nos meios rurais que se preservam práticas e modos de vida mais sustentáveis, ao passo que a concentração e o crescimento urbano têm consequências negativas sobre o ambiente.

A situação de Montemor-o-Novo, onde atua a Cooperativa **Minga**, como a de outros territórios do interior de Portugal, tem sido caracterizada por um progressivo despovoamento a partir da década de 1960, com uma taxa de decréscimo de quase 50%. Um processo que piorou com a crise financeira de 2008. As razões deste despovoamento são associadas a processos migratórios de várias origens, e reforçadas com a perda de dinamismo económico, capaz de fixar as populações.

Começou com o processo político, com a Guerra do Ultramar e continuou com a entrada para a União Europeia e as suas políticas agrícolas, que nos mandaram parar de produzir. Assim se foi perdendo estrutura produtiva e capacidade de fixar pessoas. Não havia futuro aqui no interior em geral, e isso ainda se vê, os cafés fecham ou estão vazios, restaurantes há poucos, há pouco emprego. Não há nenhuma capacidade produtiva ou transformadora de facto. (Pinto 2019)

Esta região sofre os mesmos problemas que outras em Portugal: perdas de capital humano, social e económico e perda de serviços essenciais e de tecido empresarial.

A **ADSCCL** está sediada num concelho rural da zona centro do país e atua em três outros concelhos desta região. Três destes são territórios de baixa densidade, com envelhecimento e despovoamento acentuados, encontrando-se muitas pessoas em situação de isolamento. Como se refere no Relatório de Atividades de 2019, trata-se de:

Territórios com uma propensão e risco de exclusão, subdesenvolvimento, uma vez que em territórios menos populosos ocorre, em simultâneo, o envelhecimento da população, a dificuldade no acesso a bens e serviços, bem como a dificuldade no acesso a emprego condigno. (Relatório de Atividades ADSCCL)

2.4. Modelo de produção e consumo insustentável

O modelo económico dominante é altamente industrializado e dependente do extrativismo de recursos, que provoca a degradação do ambiente. Trata-se de um modelo orientado para o crescimento económico sem limites. Este modelo autorreproduz-se e é suportado através de um modelo de fiscalidade e de gestão económica que reforça a «produção e o consumo desenfreado» (*Focus group*, membro da Direção, ZERO). O indicador macroeconómico

do Produto Interno Bruto (PIB) que quantifica a atividade económica de uma região é um exemplo dos instrumentos desadequados deste modelo, que o tornam incompatível com a sustentabilidade, ao não tomar em consideração fatores económicos não monetários, como são os ambientais.

Este modelo assenta num pequeno número de grandes empresas que pressionam para preços baixos para responder aos baixos rendimentos dos consumidores. Segundo o relatório do Climate Accountability Institute, de 2017, apenas 25 empresas foram responsáveis por mais de metade (51%) das emissões globais de dióxido de carbono entre 1988 e 2017, sendo que 71% destas emissões a nível global são da responsabilidade de um grupo de apenas 100 empresas (*apud* Riquito, 2021). Este modelo reflete-se também no aprofundamento de desigualdades socioeconómicas, a nível global, entre Estados do Norte e do Sul Globais, e a nível nacional e local.

Um exemplo deste modelo de consumo é o *modus operandi* dominante na indústria da moda, ou o que a **1000 Rostos** aponta como o modelo de *fast fashion*. É marcado pela comercialização de roupa pouco dispendiosa, altamente disponível e descartável. Acarreta custos sociais e ambientais, uma vez que implica, a nível global, a aquisição de 80 mil milhões de peças de roupa novas por ano. A produção em massa implica recorrer a estratégias de maximização do lucro que passam pela transferência da produção para países com salários mais baixos e menor regulamentação do trabalho, com impactos na vida e na saúde dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, tem impactos ambientais significativos, uma vez que aumenta o consumo de água e a produção de dióxido de carbono. Este modelo de produção têxtil depende da perceção dos itens de moda como produtos descartáveis, o que se reflete numa grande produção de resíduos têxteis e vestuário.

2.5. Individualização e atomização das sociedades

A dependência das economias e das sociedades de cadeias globais de produção, em relação às quais não existe qualquer capacidade de influência, cria vulnerabilidades, nomeadamente em termos de dependência alimentar, aumentando os efeitos ecológicos negativos do transporte de alimentos a grandes distâncias e levando à perda de capacidade produtiva local. Por sua vez, esta dependência leva a um desinvestimento no setor primário, o que gera vulnerabilidade socioeconómica às economias locais e aos indivíduos causada pela especialização produtiva, com perda de biodiversidade e da autonomia das pessoas em termos de acesso à terra e aos conhecimentos.

A nível do trabalho, o modelo económico neoliberal promove situações de emprego marcadas pela individualização, atomização e dependência dos indivíduos da sociedade salarial, levando à exclusão social em situações de desemprego e precariedade.

O Presidente do Conselho de Administração da **Biovilla** identifica uma «desconexão emocional, espiritual, ideológica e cultural» (*Focus group*, presidente, Biovilla) que se encontra enraizada nas pessoas. Esta é uma desconexão do indivíduo consigo próprio, entre indivíduos e, sobretudo, do indivíduo com a natureza. A natureza é encarada como estando ao serviço do indivíduo e a espécie humana não é percebida como parte da natureza.

A Cooperativa **Minga** aponta este diagnóstico subjacente à sua atuação:

Numa economia tradicional trabalhas para pagar contas. Não estás a desenvolver nada nem a contribuir para nada. O sistema foi criando estruturas de custos fixos cada vez mais elevadas. Ou seja, não temos casa e temos que pagar renda, temos créditos elevadíssimos, passamos toda uma vida a pagar a casa. Deixamos de ter acesso à terra, e, ao fim e ao cabo, estamos a pagar contas! (Pinto 2019)

2.6. Falta de sensibilidade, educação e informação na sociedade

Existe, na população em geral, uma baixa sensibilidade para comportamentos individuais mais éticos e sustentáveis, mas, também, para a mobilização cívica e a pressão pública em favor das questões ambientais. Esta falta de sensibilidade é expressa nos hábitos de consumo, não existindo uma preocupação com a sustentabilidade na escolha dos produtos ou das marcas/empresas.

A motivação principal para comprar é se gosta ou não do produto, mas há alguma consciência e alguma sensibilidade no ato de compra. Os alemães veem o nome da marca e perguntam qual é a causa. Há aqui um aspeto que eu acho que tem a ver com o desenvolvimento económico dos respetivos países, e hábitos de consumo que são ligados à procura deste tipo de produtos, e Portugal, se calhar, não está no mesmo nível de outros países, sobretudo os do Norte da Europa. (Estudo de caso, Coordenadora, 1000 Rostos)

As organizações identificam que esta falta tem origem na Educação, desde os níveis de ensino iniciais, onde as questões de sustentabilidade ambiental ainda são tratadas de forma superficial, e não se refletem na necessária mudança de comportamentos.

Os mais jovens — que, em muitas instituições, principalmente públicas — não são motivados e incentivados a ter uma atitude sustentável, de preocupação com o meio ambiente, de poder levar esses saberes e essas aprendizagens para casa e, daí, começar a desenvolver-se uma sociedade portuguesa mais preocupada com o meio ambiente. (*Focus group*, Fundadora, Beesweet)

A escola é praticamente a mesma escola de quando eu saí há mais de vinte anos, em termos daquilo que é oferecido do ponto de vista ambiental, por exemplo. (*Focus group*, membro da Direção, ZERO)

2.7. Inacessibilidade de práticas e modelos de vida sustentáveis

Do ponto de vista individual, mesmo dispondo de educação, informação e sensibilidade, existem entraves e desincentivos de ordem institucional e infraestrutural às práticas da sustentabilidade, tornando a insustentabilidade mais acessível do que os modelos de vida sustentáveis. A adesão a estes modelos, enquadrados como formas de *lifestyle*, ainda apresenta contornos de classe, tornando-os apenas disponíveis a um nicho, ou elite populacional (*Focus group*, membro da Direção, ZERO).

Esta perspetiva está em linha com o entendimento de que a sustentabilidade está a ser apropriada pelo modelo neoliberal como uma mercadoria — funcionando como um acrescento aos produtos — adquirida pelos consumidores no mercado, um fenómeno que tem vindo a ser descrito como *greenwashing* (Netto *et al.* 2020).

É mais difícil ser sustentável do que insustentável. Enquanto isso se mantiver, em termos das condições gerais da organização da sociedade, nunca vamos sair dos nichos. Há nichos que se esforçam, que dão mais um passo, que se envolvem, que frequentam as formações da Biovilla e etc., portanto, são pessoas que estão mais atentas, que estão disponíveis, querem muitas vezes, de facto, mudar o mundo também e mudar-se a si próprias, mas o grosso da população não tem estímulos ou tem estímulos contrários a ser mais sustentável. (*Focus group*, membro da Direção, ZERO)

Esta inacessibilidade acaba por ocorrer também nas empresas, alimentando um círculo vicioso. Ainda que as últimas décadas tenham sido marcadas por mudanças ao nível do conhecimento e das atitudes face ao ambiente, políticas governamentais e regionais para a sustentabilidade e uma pressão sobre os mercados e as empresas para incorporarem a sustentabilidade nos seus modelos de negócios, os efeitos são residuais. Além disso, existe uma grande diversidade de estratégias que vão desde o *business as usual*, à incorporação

de medidas maioritariamente de cariz simbólico ou de *greenwashing* (Netto *et al.* 2020). Esta transição é dificultada tanto pela falta de legislação como pela falta de fiscalização efetiva da legislação existente, que coloca as empresas em situação de desigualdade.

Sai uma legislação, há empresas que se preparam para a cumprir, e isso normalmente implica investimento na área ambiental, e depois vão para o mercado na esperança de que todos terão feito investimentos e, portanto, em igualdade de circunstâncias. Mas o que acontece é que existe um conjunto de empresas que não fazem esse investimento, que não cumprem a legislação, mas que continuam a competir no mercado com as empresas que fizeram esse investimento. E como não há fiscalização, as empresas que se preparam, que investiram, porque tudo isto implica certificações, tecnologia, formação de colaboradores, ficam em desigualdade de circunstâncias. (*Focus group*, membro da Direção, ZERO)

3. Papéis das empresas sociais

As organizações estudadas contribuem para reconhecer e construir a forma como as questões sociais e societárias são percebidas na sociedade e, também, a forma como podem ser abordadas, muitas vezes introduzindo soluções inovadoras e criativas. Nesta área temática, as organizações articulam as dimensões ambientais e sociais, que são inseparáveis dentro da filosofia que as informa. A nível ambiental promovem modelos sustentáveis de produção de alimentos, bens e serviços e, a nível social, promovem integração laboral e social e perspetivas comunitárias de gestão e de trabalho para a construção ou a consolidação das comunidades locais. As abordagens das empresas sociais são diversas e os seus principais papéis são discutidos de seguida.

3.1. Alteração dos modelos de produção e consumo

No que toca à produção alimentar, incluindo a agricultura e a pecuária, as organizações estudadas, nomeadamente a **Herdade do Freixo do Meio** e a Cooperativa Minga, propõem modelos ecológicos que reconhecem a interdependência entre os diferentes elementos do ecossistema: humanos, não humanos, plantas e solo. Apostam em abordagens que respeitem estes ecossistemas, substituindo uma perspetiva extrativista e destrutiva por uma de regeneração dos ecossistemas. Ambas as organizações adotaram o modelo cooperativo, o que também reflete uma mudança de perspetiva a nível da governança.

Como mostra a Herdade do Freixo do Meio, isto é possível através da substituição de uma perspetiva sobre a produção agrícola que procura o lucro a curto prazo por uma perspetiva de médio e longo prazo, que reconhece a necessidade de preservação do solo e dos ecossistemas para a continuidade da produtividade no futuro e para as gerações futuras. Tem como foco principal, na fase atual do projeto, a produção de alimentos, bem como a sua transformação e distribuição. No total, produz mais de 200 produtos agrícolas e pecuários e produtos transformados, sendo que estes últimos tinham praticamente desaparecido da produção local devido ao sistema industrial. Trabalha com os recursos naturais com uma perspetiva agrogeológica, desenvolvendo o modelo do montado alentejano e produz em conformidade com as normas da agricultura biológica.⁴

O modelo do montado, recuperado de práticas na região com origem na Idade Média e atualizadas com conhecimento contemporâneo, permite à organização não apenas produzir alimentos em simbiose com os ecossistemas locais, mas contribuir para a regeneração do território, tornando a Herdade do Freixo do Meio num exemplo de exploração agrícola inovadora

4 Regulamento CEE 2092/91, de 24 de junho, da União Europeia.

e sustentável, reconhecida a nível internacional (Vidal 2019). Consiste na exploração agrosilvopastoril numa lógica de ecossistema interdependente e complementar que junta animais, plantas silvestres e árvores, criando um ecossistema regenerativo em que o humano assume o papel de manutenção. A Herdade do Freixo do Meio recorreu à introdução de espécies autóctones, o que trouxe uma série de vantagens na conservação do solo, na qualidade da água e na produção de oxigénio.

A distribuição da produção é feita através de um programa de **Community Supported Agriculture (CSA), Partilhar as Colheitas**, de uma loja online e de duas lojas físicas. O Programa CSA Partilhar as Colheitas visa, através da promoção de circuitos curtos de produção e consumo, gerar uma relação de troca de proximidade entre agricultores e consumidores para criar um compromisso mútuo em que ambos assumem os riscos de produção. O modelo consiste na venda de *packs* de produtos alimentares, mediante a subscrição de quotas de produção durante um período de 6 meses, correspondente ao ciclo da produção agrícola. O consumidor (coprodutor) compromete-se a receber os produtos correspondentes à modalidade que subscreveu. Existe uma ênfase nas relações pessoais de proximidade entre produtores e consumidores para viabilizar a prática da agroecologia, tratando o alimento como um bem comum e construindo uma comunidade em torno deste.

No caso da **Cooperativa Minga**, a preocupação com a sustentabilidade ambiental é transversal a todas as suas atividades. A secção agrícola procura promover uma produção biológica e vários serviços oferecidos pelos seus cooperadores da secção de serviços orientam-se para a transição ecológica. Desde finais de 2017 a secção agrícola da Minga gere uma horta própria com o objetivo de garantir o acesso a produtos biológicos cultivados com o mínimo impacto ambiental. A horta fornece a maior parte dos produtos frescos à venda na Loja. Esta secção possui um **Sistema Participativo de Certificação de Produção Agroecológica (CPPA)** ao qual podem pertencer membros e não membros, mediante uma taxa anual. O processo de certificação é feito através de visitas anuais dos membros do CPPA com um caráter pedagógico, visando partilhar ideias e soluções para atingir o objetivo de «garantir que os produtores não utilizam qualquer tipo de agroquímico na produção, nomeadamente pesticidas, fungicidas e também adubos químicos» e

que a produção se baseie em sementes locais, seja de produtos de época (não produzidos em estufas aquecidas), que utilizem o solo (não sendo produção em modo de hidroponia), que recorrem à cobertura de solo (reduzindo o consumo de água e evitando o empobrecimento do solo), e que minimizem a utilização de plásticos. (*Site da Minga*)

As **Ajudadas** também fazem parte das atividades realizadas nesta secção. Trata-se de momentos em que vários cooperadores contribuem com trabalho para um projeto coletivo ou de um cooperador, criando sinergias e entreaajuda entre os membros.

3.2. Alternativas de produção e consumo de energia em comunidades energéticas

A **Coopérnico** é a primeira, e ainda única, cooperativa de energias renováveis em Portugal. As suas atividades incluem a produção de energia renovável através da instalação de pequenas unidades de produção com painéis fotovoltaicos nos telhados de organizações públicas e da economia social, nomeadamente IPSS, cooperativas e escolas, a comercialização de energia elétrica e atividades de informação e sensibilização sobre energias renováveis e eficiência energética.

A visão da Coopérnico é de «um modelo energético renovável, justo e responsável que contribui para um futuro social, ambiental e energeticamente sustentável» (*site*). Quanto à missão, a Coopérnico pretende «envolver os cidadãos e empresas na criação do novo paradigma energético — renovável e descentralizado — em benefício da sociedade e do meio ambiente» (*site*).

A Cooperativa está aberta a todas as pessoas e não tem cessado de crescer. Este crescimento ronda uma taxa de 50% ao ano (47% em 2017–2018), tendo ultrapassado, em 2018, a meta dos 1000 membros (Relatório de Atividades de 2018, pp. 2–3). As suas atividades principais são a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis e a sua comercialização. Desenvolve também um conjunto de atividades relacionadas com a investigação e a capacitação, particularmente ancoradas no seu envolvimento em projetos de investigação internacionais em parceria com outras cooperativas congéneres europeias.

A produção ocorre através de sistemas fotovoltaicos em edifícios pertencentes a pessoas coletivas do setor público e social, a partir do investimento dos membros. A energia gerada é vendida à rede elétrica pública, sendo os proveitos distribuídos pelos investidores e usados para o pagamento das rendas de aluguer dos telhados onde são instalados os painéis. Assim, põe em prática um modelo energético alternativo através da auto-organização dos cidadãos numa estrutura formal cooperativa, privilegiando a pequena escala, o local e a proximidade, numa organização que não visa o lucro, mas redistribui os seus ganhos pelos participantes, sejam eles investidores, consumidores ou organizações da economia social e públicas.

3.3. Mobilização e auto-organização de pessoas e comunidades, numa perspetiva de responsabilidade coletiva

São exemplos as formas de coletivização dos riscos de produção e do trabalho do modelo **CSA** da Herdade do Freixo do Meio e das **Ajudadas** da Minga, bem como o trabalho da Coopérnico. Na concretização da sua missão ambientalista a **Coopérnico** também apoia a construção de Comunidades de Energia. Privilegia também relações comerciais com empresas locais numa ótica de revitalização dos territórios e criação de mercados locais.

O modelo cooperativo é uma das soluções neste sentido. No caso da **Cooperativa dos Usuários do Freixo do Meio (CUFM)**, o modelo cooperativo é uma evolução de uma lógica de propriedade privada e um posicionamento crítico a modelos de organização económica dominantes.

Eu acho que nós temos que mudar muito em termos de organizações económicas, em termos da forma como elas também se articulam a todos os níveis, quer em termos das pessoas, de produtividades, de eficiências, de envolvimento e, portanto, a figura da cooperativa para mim é claramente a figura, com necessidade de adaptação. (Estudo de caso, Presidente, CUFM)

A **Biovilla** promove e ensaia modos de vida sustentáveis, trabalhando em várias escalas de intervenção, numa organização que toma a forma e ética cooperativas. Tem como principal atividade o turismo sustentável e oferece formações aos seus públicos através de *workshops* e retiros. Para além disso, desenvolve trabalho de educação e sensibilização junto das escolas locais. Trabalha com as Câmaras Municipais, quer na promoção de formas de turismo sustentável, quer na preservação e valorização do Património Natural, na Serra da Arrábida, por exemplo. Desenvolveu o **programa Dever**, que promove o emprego regenerativo, trabalhando com pessoas desempregadas de longa duração da região de Palmela e de Setúbal, para promover a criação dos seus próprios empregos regenerativos. Desenvolve também uma perspetiva de defesa de causas através das redes sociais. Apresenta-se como um laboratório vivo, na medida em que se encontra aberta à experimentação de ideias e propostas de solução para problemas ambientais.

A Biovilla acaba por ser um laboratório vivo para quando pessoas têm ideias, soluções, querem experimentar algo como uma técnica nova agrícola, querem experimentar uma metodologia nova. A Biovilla tem tido sempre muita abertura a receber quem quer que seja para testar coisas, experimentar, para prototipar soluções. (Focus group, Presidente, Biovilla)

A **Minga** está envolvida numa ampla rede de organizações locais com as quais realiza atividades em parceria. Destaca-se a **Rede de Cidadania de Montemor**, criada em 2010, agregando cidadãos — muitos dos quais ligados a organizações locais — que atuam na perspectiva de promover «novos paradigmas no campo económico, social, cultural e ambiental que possibilitem a construção de um futuro sustentável e de maior proximidade entre as pessoas, de âmbito eminentemente local e regional».⁵ Tem uma perspectiva de democracia participativa, envolvendo-se na discussão de questões locais, estruturada num grupo coordenador, cujos membros rodam de 6 em 6 meses, e em vários grupos temáticos, de acordo com o modelo do movimento das cidades de transição. Possui um espaço no Mercado de Montemor para a promoção da economia local e dos circuitos curtos, estando também ligada à moeda local — a A.MOR —, criada em agosto de 2018 pela **A.Mor – Associação para a Moeda Local de Montemor-o-Novo**,⁶ que inclui a Minga entre os seus fundadores. Esta associação tem como papel desenvolver projetos e ações que dinamizem a economia local ou contribuam para fixar população através da economia circular e dos circuitos curtos e promovam o desenvolvimento integrado do concelho.

É de reconhecer a importância de experiências como a da CUFM, da Biovilla, da Coopérnico e da Minga, cooperativas integrais e de energia, na construção de um reconhecimento da interdependência entre pessoas e com o meio natural e as formas de vida não-humanas, mas também no desenvolvimento de ferramentas concretas para a transformação, como novas formas de produção de alimentos, de energia, de consumo, de modos de vida, bem como outras formas de economia, recorrendo ao cooperativismo e a moedas locais, por exemplo.

3.4. Combater o despovoamento das regiões rurais e do interior construindo as condições para a fixação das populações

A **Cooperativa Minga** surge com os objetivos de responder às contingências de um território desertificado e economicamente deprimido e às necessidades identificadas pelos pequenos produtores e cidadãos locais, promovendo o desenvolvimento, baseado no consumo local e responsabilidade ambiental e social, na localidade de Montemor-o-Novo. A cooperativa tem atividades nos setores agrícola, de comercialização, de habitação e de serviços. Estas secções incluem atividades dos membros individuais, atividades coletivas, atividades da cooperativa, e atividades abertas à comunidade. A Minga surge como um facilitador da implementação de projetos por parte dos seus cooperadores nas mais variadas áreas, dado o seu carácter multissetorial, funcionando, em simultâneo, como uma ferramenta para a criação de circuitos locais de produção e consumo. Promove também a fixação de pessoas no território. Tem um papel catalisador, que pode ajudar as pessoas no processo de mudança dos centros urbanos para a região, referindo já existirem casos de pessoas que optaram por se fixar na região por causa da Minga, tanto pelas possibilidades que oferece em termos de formas de subsistência, como pelo facto de facilitar a integração de pessoas de fora com a população local.

A **ADSCCL** está instalada num território de baixa densidade, numa aldeia da Lousã, onde desenvolve um conjunto de respostas sociais orientadas para a intervenção social no território local, nomeadamente através da criação de autoemprego. Um elemento inovador do seu projeto **Microninho** – Incubadora Social é a perspectiva do desenvolvimento local sustentável que perpassa tanto o projeto como os micronegócios que são incubados.

Em todos os projetos desenvolvidos nós estamos sempre a trabalhar no sentido de ser uma comunidade mais sustentável, mais desenvolvida, mais equitativa, em que todos possam fazer valer os seus direitos e cumprir os seus deveres. (Estudo de caso, Secretária Geral, ADSCCL)

5 <<http://redemontemor.blogspot.com/p/press-release.html>>.

6 <<https://redemontemor.blogspot.com/p/mor-quem-somos.html>>.

Associada a uma perspetiva de desenvolvimento local inclusivo, a **Microninho** contribui para fixar população e gerar emprego. O seu crescimento para outros territórios de baixa densidade como Vila Nova de Poiares e Penela potenciam o seu impacto.

3.5. Promoção de uma abordagem multidimensional às necessidades e capacidades dos indivíduos e dos territórios

As organizações contribuem para a criação de oportunidades para as pessoas gerarem atividades económicas na ótica de revitalização de territórios de baixa densidade, através da retenção e fixação de populações, percebendo estes territórios na multidimensionalidade das interdependências entre o social, o económico e político, o individual e o coletivo, o social e o ambiental, criando sinergias entre as atividades desenvolvidas. Em vários casos isto é refletido na forma legal da organização que assume o modelo da cooperativa multissetorial, permitindo o desenvolvimento de diferentes áreas de atividade. A multissetorialidade facilita a legalização e formalização de várias atividades produtivas que, de outra maneira, não seriam feitas, ou teriam que ser feitas de forma informal. A multissetorialidade também possibilita aos sócios fazer coisas diferentes, enriquecendo as suas vidas e competências numa aprendizagem contínua, em vez de encerrar o trabalhador numa especialização única.

A **Minga** é um exemplo da promoção de uma abordagem multidimensional. Através da sua multisetorialidade, procura intervir em todas as áreas necessárias ao viver, dentro da filosofia do decrescimento. Pretende promover uma economia circular, em que se fomentam as trocas e as formas de cooperação a nível local e a reutilização dos recursos, reduzindo os impactos ambientais associados à produção.

Acreditamos que é melhor aproveitar o tempo para estar com os outros, com a família, com os amigos e para fazer o que temos curiosidade e que pode ir mudando ao longo da nossa vida. Nada impede que me possa dedicar a outra coisa, a outra atividade. Há um grande aborrecimento na vida se ela for apenas para pagar contas, cumprir horários, trabalhar para os outros. São eles que decidem o que temos que fazer e ainda por cima ganham dinheiro com isso. (Pinto 2019)

O princípio base da Minga é a ideia de que gerindo processos de cooperação entre pessoas, cada pessoa vai ficar individualmente melhor. É uma cooperação dirigida ao bem-estar individual através da ajuda mútua, com vista a aproveitar os recursos locais para gerir circuitos virtuosos de venda e consumo a favor da comunidade e que tenham uma vertente de sustentabilidade ecológica. Esta filosofia está patente no próprio significado de Minga: uma expressão corrente na América do Sul que significa ajudada. Em Português também declina o verbo *mingar/minguar*, aludindo à filosofia do decrescimento.

As organizações promovem a criação de empregos sustentáveis através da valorização e mobilização de capacidades, recursos e saberes locais em soluções sustentáveis para a revitalização dos territórios.

Uma perspetiva neste sentido é a da **Microninho**, inscrita numa perspetiva de empreendedorismo e inovação social. O projeto do Microninho é inovador ao desenvolver uma abordagem holista, que concebe o indivíduo integrado no agregado familiar, e as necessidades do processo de empreendedorismo que vão para lá do plano de negócios, nomeadamente desenvolvendo um acompanhamento psicossocial dos microempreendedores e das suas famílias, considerando que a estabilidade do agregado familiar e o sucesso dos microempreendedores são interdependentes. Os negócios também são desenvolvidos com um olhar para o desenvolvimento local, de forma a contribuir para a comunidade, para o que se articulam com um diagnóstico de necessidades no território.

A **Herdade do Freixo do Meio** procura também, através de mecanismos inovadores, melhorar a relação com os ecossistemas e a gestão dos recursos naturais, que se resume na sua postura agroecológica, ambicionando também contribuir para o desenvolvimento da região, nomeadamente através da criação de empregos e do desenvolvimento económico sustentável. A Herdade integra também serviços turístico-didáticos e serviços ambientais e pretende, no futuro, estender-se às áreas da habitação, da educação e da saúde.

A **Minga** surge para responder às contingências de um território desertificado e economicamente deprimido e às necessidades identificadas pelos pequenos produtores e cidadãos locais, inspirando-se num conjunto de experiências nacionais e internacionais, articulando-se com a tradição do cooperativismo no Alentejo. É, então, crucial o papel dos indivíduos e da comunidade local na promoção de atividades geradoras de oportunidades laborais, promoção da cultura e saberes locais, revitalização do território a partir de recursos endógenos. A Minga privilegia os produtores e os produtos locais e os circuitos curtos de produção como forma de reter a riqueza na comunidade, ao mesmo tempo que desenvolve uma atividade pedagógica e demonstrativa relativamente a práticas agrícolas mais amigas do ambiente. A Minga desenvolveu também uma moeda local — a Moeda Minga — que funciona em articulação com a moeda social de Montemor-o-Novo.

3.6. Reutilização e redução do uso dos recursos naturais

As organizações defendem lógicas de reutilização e reciclagem de materiais através de práticas de *upcycling* e produção circular, como a reutilização de sobras alimentares, material eletrónico e têxtil.

A Associação 1000Rostos promove um modelo alternativo à *fast fashion* através da marca de roupa **Vintage for a Cause**, registada desde 2015. A roupa produzida tem características que a distinguem do mercado tradicional da moda, incorporando o conceito de *slow fashion*. Corresponde a moda de produção circular, com utilização de excedentes, desperdício de stock, mantendo relações com parceiros que têm políticas de responsabilidade ambiental e pagando de forma justa aos colaboradores. A Vintage for a Cause oferece roupa produzida de forma sustentável a preço competitivo, educando para novos modelos de produção e consumo sustentável, envolvendo todos os agentes da cadeia de produção e consumo, segundo uma visão de que a moda é um agente de transformação social e ambiental, e promovendo comportamentos mais conscientes nos consumidores. A Vintage for a Cause está também engajada com a sensibilização e mudança de comportamentos face à moda nomeadamente disponibilizando **Workshops de Upcycling**, reaproveitamento e reparação de peças de roupa para o público em geral, com ou sem conhecimentos prévios de costura.

Nós estamos a reutilizar materiais ou a tentar fazer uma transição de um modelo industrial, ou combinar um modelo industrial com um modelo artesanal, muito focado em produto, que tem um impacto ambiental e que, no limite, a partir de determinada altura, tem como preocupação salvar o planeta. No limite, as consequências do respeito pelos nossos recursos, que são finitos, são nas pessoas. No limite tudo vai dar ao social ou ao humano ou está ligado diretamente com o desenvolvimento humano e o bem-estar ou aquilo que agora também se fala muito que é o desenvolvimento sustentável. (Estudo de caso, Coordenadora, 1000 Rostos)

A DariAcordar é uma associação sem fins lucrativos responsável pelo lançamento em 2012 do **Movimento Zero Desperdício**. Este movimento tem como objetivo «erradicar o resíduo onde quer que exista e de qualquer tipo» (*Focus group*, Presidente, Associação DariAcordar). Procura, através de parcerias com entidades públicas e privadas, promover a recolha de bens que seriam desperdiçados, encaminhando-os para organismos públicos e IPSS, que fazem a sua distribuição. Mede e quantifica os impactos ambientais, sociais e económicos das

operações de rede através duma aplicação tecnológica (Zero Desperdício 360°) que é, simultaneamente, uma ferramenta de gestão de rede e de consciencialização. Desenvolve um trabalho de mediador de uma economia circular antidesperdício, trabalhando em rede por todo o território nacional, com ambição de escalar e replicar o modelo e operação no estrangeiro. Ao mesmo tempo, procura promover ativamente a mudança comportamental dos cidadãos através de campanhas de sensibilização. Produziu duas coleções de livros, disponibilizados no seu *site*, que integram o Plano Nacional de Leitura, um sobre desperdício e outro sobre alimentação sustentável.

Nós vivíamos até ao século XIX em modelos de economia circular [...] com a revolução industrial, com a introdução de novos materiais, a introdução de matérias-primas altamente poluentes e criando novos produtos no mercado, e hoje, e no século XX e no XXI com o acelerar do consumo desenfreado, com os modelos económicos em que vivemos, vivemos numa economia linear. (*Focus group*, Presidente, Associação DariAcordar)

A representante da DariAcordar aponta a necessidade de regressar a modelos circulares de conceção e produção, e transformação de toda a cadeia de valor, o que implica uma nova cultura e mentalidades circulares para alcançar uma “nova economia circular”, já que o atual modelo económico é insustentável, gerador de iniquidades e acelerador de impactos ambientais catastróficos.

3.7. Investigação, experimentação e aprendizagem mútua de novas soluções

As inovações das organizações são, por vezes, sustentadas em investigação científica, e em aprendizagem mútua através de redes de partilha de conhecimento, envolvendo organizações e indivíduos que atuam em áreas próximas ou de relevância. Através destes projetos e colaborações as soluções são testadas e refinadas. A troca de conhecimentos através de visitas técnicas, conferências e *workshops* de especialistas, ou trabalhos de investigação académicos pode contribuir para desenvolver novas atividades e serviços. Em outros casos, as organizações envolvem-se em redes formais de projetos de investigação nacionais e internacionais.

A **Herdade do Freixo do Meio** dinamiza e implementa projetos científicos e de conservação da biodiversidade, como o LIFE Montado-Adapt, o Ecomontado XXI e o *Transition paths to sustainable legume based systems in Europe*. Trata-se de investigação orientada para temas relacionados com a sustentabilidade ambiental, em particular tópicos que informam o seu projeto de recuperação do Montado Alentejano.

A **Coopérnico** participa em projetos nacionais e europeus que têm sido muito importantes no desenvolvimento das suas atividades. O projeto RESCOOP Plus (2017–2019), envolve 13 cooperativas europeias e pretende integrar nas atividades da Coopérnico as melhores práticas no que diz respeito a poupança energética.⁷ Através deste projeto implementou e disponibilizou uma ferramenta de eficiência energética, a ID Energia, e dinamizou as Conversas com Energia por todo o país.

A **ID Energia** é uma plataforma online, sustentada numa cooperativa criada por dois jovens, que permite registar e monitorizar o consumo de eletricidade, gás e água, o desperdício, e a poluição automóvel por parte dos consumidores individuais ou empresariais, pretendendo contribuir para a promoção de comportamentos de poupança.

O projeto COMPILE é desenvolvido em conjunto com quatro cooperativas congéneres, a RESCOOP.EU, a ZEZ e a ENERCOOP e especificamente dedicado ao desenvolvimento e aceleração de comunidades de energia em sistemas locais de energia, desenvolvendo, testando

⁷ <<http://www.rescoop-ee.eu/rescoop-plus>>.

e sistematizando um conjunto de ferramentas, quer de caráter técnico, quer de intervenção comunitária.⁸

3.8. Práticas de inclusão social e laboral

Através de práticas como a agricultura biológica e o *upcycling* as organizações procuram a compatibilização entre emprego, atividade económica e proteção ambiental. Uma das estratégias específicas é a da Incubadora **Microninho**, que desenvolve projetos de microempreendedorismo por pessoas excluídas do mercado de trabalho, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável.

A Associação 1000Rostos desenvolve o projeto **From Granny to Trendy** que pretende ser uma alternativa de ocupação e de inclusão social para mulheres desempregadas ou reformadas acima dos 50 anos de idade, valorizando os seus conhecimentos e criando competências no domínio do *upcycling*, promovendo formas sustentáveis de criação em moda. Para além disto, pretende ser um espaço de geração de relações sociais, que promovam a criação de comunidade, combatendo o isolamento.

A **Cooperativa Minga** procura ser uma “ferramenta legal” que permita aos habitantes de Montemor-o-Novo realizar as suas atividades económicas de forma cooperativa. Uma vez que se trata de uma cooperativa integral, a Minga permite aos cooperadores desenvolver qualquer tipo de atividade económica.

A nossa cooperativa é uma ferramenta legal, ao dispor de todos os habitantes do concelho de Montemor-o-Novo que, sempre que precisem de efetuar a sua atividade económica, em qualquer área que seja, podem fazê-lo formalmente através da cooperativa. É como se toda a gente tivesse acesso à sua própria empresa e ao direito a ter uma empresa, sem ter os custos fixos que normalmente uma empresa tem. (*Focus group*, Presidente, Minga)

A **Empregos para o Clima** reivindica a criação de «empregos dignos e públicos focados diretamente em cortar emissões e combater a precariedade e o desemprego» (*Focus group*, Coordenador de Campanha, Empregos para o Clima). Reivindica, assim, uma mudança de paradigma no que toca ao trabalho, como a base da transformação do sistema económico.

3.9. Adoção de práticas de sustentabilidade nas organizações

As empresas sociais, como outras organizações do setor público, privado ou da economia social, são incentivadas e interessadas em adotar práticas sustentáveis nos seus processos de produção e comercialização, bem como no seu funcionamento geral. Iniciativas do setor público e privado procuram promover estas práticas, como programas públicos de apoio financeiro à instalação de fontes de energia renováveis, ou a promoção de práticas sustentáveis por parte de iniciativas privadas. Um exemplo desta promoção é o caso da **certificação B-Corp**, orientada para empresas lucrativas, mas que tem também incluído empresas sociais. Esta certificação pretende identificar empresas socialmente responsáveis, implicando considerar o impacto das suas decisões nos seus trabalhadores, clientes, fornecedores, comunidade e no meio ambiente. A **Beesweet** é uma sociedade com uma missão social, tendo certificação B-corp. No seu esforço pela preservação das abelhas, realiza sessões de sensibilização em escolas, desde infantários a universidades, de forma gratuita. Também ao nível do seu modelo de negócio, adota posições que procuram garantir a preservação das abelhas.

8 <<https://www.compile-project.eu/products>>.

Nós não compramos o mel pelo preço, nós compramos mel pelo facto de sabermos que é uma empresa local, que é uma empresa ou é uma cooperativa que cuida bem das abelhas, fazemos questão de ir para o campo, no sentido de entender como é que as abelhas são cuidadas. (*Focus group*, Fundadora, Beesweet)

Adota também procedimentos ecológicos, como a opção por embalagens recicláveis e livres de plástico e tem uma parceria com a Too Good To Go, uma aplicação que permite evitar o desperdício de comida, procurando evitar o desperdício de mel no final do prazo de validade.

4. Quadros legais e institucionais

4.1. Influência sobre as empresas sociais

A área ambiental e o combate às alterações climáticas são áreas estratégicas da política internacional, através da Agenda 2030 para o desenvolvimento e do Acordo de Paris, bem como da política europeia, com a UE a assumir-se como um ator neste campo, quer a nível de políticas dos Estados-Membros, quer no que toca à cooperação para o desenvolvimento.

Do lado das organizações, em relação a quadros institucionais favoráveis, identificámos o efeito positivo das políticas europeias. Entre os enquadramentos positivos refira-se a legislação europeia no domínio das energias renováveis, implicando a transposição de metas de produção de energias renováveis para as estratégias nacionais (Plano Nacional de Energia-Clima 2021–2030), a promoção das comunidades de energia renovável pela União Europeia, o Apoio da Política Agrícola Comum ao desenvolvimento de agricultura biológica, a imposição de limites legais à poluição e produção de resíduos ou o financiamento europeu a projetos de investigação para experimentação no domínio de alternativas ambientais (energias renováveis, agricultura biológica). Estes e outros enquadramentos criam um clima favorável e oportunidades de desenvolvimento das empresas sociais.

O facto de a UE ter colocado a transição ecológica como uma das principais prioridades da agenda política, com efeito nos fundos estruturais, dos quais Portugal beneficia significativamente, é também um elemento positivo das políticas.

Todavia, foi também referido, no *focus group*, que as políticas europeias têm um impacto menor do que o desejável, tendo em conta que as normas comunitárias demoram muito tempo a ser transpostas na legislação e na prática no terreno, com uma insuficiente fiscalização do seu cumprimento.

O posicionamento das organizações face à UE é ambivalente. Por um lado, existe um reconhecimento da importância da política europeia em matérias ambientais, com a atribuição à UE de grande parte das mudanças positivas nestas matérias que ocorreram em Portugal: «estamos melhor com a Europa do que estaríamos sem ela» (*Focus group*, membro da Direção, ZERO). Por outro lado, é identificada uma falta de democracia das instituições europeias, sendo forte a influência do *lobby* das grandes empresas, que faz com que seja muito difícil fazer alterações significativas nas políticas para a sustentabilidade ambiental.

A Empregos para o Clima aponta o enquadramento neoliberal, que promove uma visão individualizada sobre as soluções para a crise climática, que as faz depender da agência individual e não da ação coletiva de instituições, bem como a visão difusa das responsabilidades pela ação.

Isso faz com que os políticos, as pessoas e as organizações pensem, que o problema não é estrutural, pelo que nada é integrado no sistema socioeconómico em que vivemos.

[...]

Acreditar que as coisas vão acontecer. Acreditar que os empregos vão ser criados, empregos verdes vão ser criados, as emissões vão descer. Nada é feito pelas pessoas e as coisas acontecem. (*Focus group*, Coordenador de Campanha, Empregos para o Clima)

Na visão da representante da **DariAcordar** a lei não é a solução por si só, uma vez que «nada se faz apenas por decreto». No entanto, a legislação favorável às iniciativas sustentáveis e de regeneração pode funcionar como um suporte e um acelerador. A DariAcordar aponta que as soluções estão muitas vezes já implementadas no terreno. Salienta a existência de um desfasamento entre a política e o terreno, uma vez que as boas práticas são mais rápidas do que a capacidade legislativa de fixar essas práticas, tornando-se necessário que a legislação crie possibilidades para que as boas práticas ganhem dimensão.

Sobre o desfasamento entre as políticas públicas e a sua efetiva implementação, o representante da **Empregos para o Clima** aponta a disfunção entre a elaboração e a aplicação da lei, afirmando que muitas vezes as estratégias de combate às alterações climáticas «são papéis bons e não vão resultar em nada» (*Focus group*, Coordenador de Campanha, Empregos para o Clima).

Assim, em relação aos aspetos desfavoráveis dos quadros institucionais e legais resumimos:

1. Falta de políticas de discriminação positiva que reconheçam as especificidades das empresas sociais que experimentam e desenvolvem modelos inovadores sustentáveis;
2. Falta de sensibilidade e abertura dos decisores políticos a modelos organizacionais e comunitários que não repetem o padrão das grandes empresas lucrativas;
3. Manutenção dos padrões de avaliação e de valor inspirados em indicadores económicos enraizados nas lógicas tradicionais extractivistas e produtivistas (*key performance indicators*, PIB);
4. Ausência de uma cultura de fiscalização, com consequências na criação de concorrência desleal entre empresas/organizações que querem desenvolver boas práticas e respeitar a legislação, e as que não a cumprem;
5. Escassa legislação nacional sobre questões ambientais como reciclagem, redução na produção e reutilização;
6. Baixo investimento numa mensagem ambiental ao nível do sistema educativo, em particular desde os graus iniciais.

4.2. A influência das empresas sociais

As empresas sociais não são meros recetáculos das políticas, procurando e desenvolvendo estratégias para as influenciar. A questão que guia a análise neste ponto é perceber a capacidade das organizações de influenciar os quadros institucionais nos quais se movem. Identificámos formas através das quais as organizações influenciam ou procuram influenciar a esfera política e que abordamos a seguir.

4.2.1. Estratégia demonstrativa

Através da realidade do seu papel e relevância nos territórios em que atuam, muitas vezes as empresas sociais tornam-se referência de boas práticas e modelos para aprendizagem e replicação.

O que sucede é que as próprias redes precisam de exemplos, *case studies* em conformidade com aquilo que são as novas prioridades e, muitas das vezes, o que sentimos é que a nossa influência acaba por ser nesse sentido. De repente a Rede Social do Porto precisa de projetos de inovação social e nós somos o exemplo que eles têm para mostrar. Uma Modtissimo que é uma organização de eventos na área da moda precisa de exemplos na área da sustentabilidade e tem a Vintage for a Cause. (Estudo de caso, Coordenadora, 1000 Rostos)

A maneira como as organizações comunicam com os parceiros, fornecedores e clientes procura também mostrar esta distinção e, portanto, também influenciar a sociedade. Tal ocorre em todos os casos estudados, que são também exemplos e estudos de caso para outros investigadores, para as políticas e para outras organizações que se inspiram nos seus modelos e práticas. É de mencionar o facto de um dos casos, a ProNobis, ter sido referido como uma das fontes de aprendizagem na conceção da Cooperativa Minga, a par de outros casos internacionais como o Banco Palmas e a Cooperativa Integral Catalã. Neste sentido, as redes interorganizacionais são importantes para a aprendizagem mútua e a difusão dos modelos, como é o caso da **Rede REGENERAR – Rede Portuguesa de Agroecologia Solidária**, da qual a Herdade do Freixo do Meio foi cofundadora, em 2018, juntamente com outras AMAP. Esta rede foi criada para apoiar as organizações e promover a disseminação do modelo, difundindo os seus valores e princípios, estabelecer ligações internacionais, desenvolver advocacia junto de entidades públicas e colaborar com outras redes.⁹ Referimos também a presença da Minga na **Rede Portuguesa de Economia Solidária (RedPES)**, assumindo o seu Presidente um lugar na direção. A RedPES, criada informalmente em agosto de 2015, «agrega, afirma, apoia e divulga as organizações, grupos informais e pessoas individuais, que se identifiquem com o conceito e as práticas de Economia Solidária».¹⁰ Pretende definir e reforçar a identidade da economia solidária em Portugal, promover o seu reconhecimento, capacitar as organizações e grupos, partilhar conhecimento e boas práticas e relacionar-se com outras redes internacionais. Referimos também a **Rede CONVERGIR**, que pretende interligar iniciativas para contribuir para uma sociedade equilibrada e sustentável, nomeadamente através do mapeamento de iniciativas que pode ser consultado online num mapa georreferenciado¹¹ e a divulgação das atividades, contactos e eventos destas.

A ADSCCL é membro da **ANIMAR – Associação Portuguesa do Desenvolvimento Local**, que congrega um grande número de organizações de desenvolvimento local, com a missão de «Valorizar, promover e reforçar o desenvolvimento local, a cidadania ativa, a igualdade e a coesão social na sociedade portuguesa, enquanto pilares de uma sociedade mais justa, equitativa, solidária e sustentável».¹²

No caso da **Herdade do Freixo do Meio**, através do desenvolvimento do seu modelo cooperativo e do modelo agroecológico do Montado, a organização influencia outras organizações e a política pelas boas práticas. Esta projeção ocorre a nível nacional, como se verifica pelos vários estudos feitos sobre o modelo desenvolvido, mas também internacional, através da participação em projetos de investigação que permitem a experimentação de novas técnicas, ou sendo reconhecida pelas suas boas práticas como solução de práticas agrícolas que melhoram a retenção de água, limitam a erosão do solo e aumentam a resiliência socioeconómica e ambiental, numa área ameaçada pelas alterações climáticas com a desertificação como é o caso do Alentejo.

9 <<https://amap.movingcause.org/wp-content/uploads/sites/5/2019/09/Estatutos-Regenerar.pdf>>.

10 <<https://www.redpes.pt>>.

11 <<https://redeconvergir.net/iniciativas#!lat=39.568&lng=-8.707>>.

12 <<https://www.animar-dl.pt/quem-somos/apresentacao>>.

Uma viragem de consciência, de abordagem, de atitudes. Os exemplos são muito importantes. É evidente que as pessoas olham para isto sempre como uma coisa um bocado fantástica [...]. Mas claro que há uma outra parte que olha para isto como uma verdadeira experiência e isso é inspirador. Mesmo em termos de modelos de montado, nós, pouco a pouco, também nos fomos credibilizando. Nós hoje estamos nas bocas do mundo, depois do último relatório da Agência Europeia do Ambiente. Somos o único exemplo para as alterações climáticas em toda a Europa, fomos designados como tal. (Estudo de caso, Presidente, Herdade do Freixo do Meio)

O Presidente da CUFM dinamiza aulas abertas uma vez por mês, cujos temas se relacionam com o funcionamento dos ecossistemas e a agricultura multifuncional.

A **Vintage for a Cause** procura ser uma fonte de inspiração para o mercado da moda, principalmente através das suas boas práticas. Oferecendo, ao mesmo tempo, um produto ambientalmente sustentável e acessível aos consumidores no mercado, tornando-os parte do processo de mudança. A sua inclusão em redes de partilha de informação e assistência técnica como a **Fashion Revolution Portugal** e a **Circular Economy Portugal**, facilitam a troca de modelos e práticas na promoção da missão das organizações. Está também incluída na plataforma das Nações Unidas, *Conscious Fashion and Lifestyle Network*, uma plataforma online que funciona como uma comunidade de práticas que envolve empresas, governos e ONG, para promover os ODS, através da partilha de boas práticas e soluções.

Por outro lado, a 1000Rostos perspetiva o uso da técnica do *franchising* social como forma de ter influência na expansão do modelo do seu projeto **From Granny to Trendy**.

Criar uma estrutura com todas as parcerias e todos os *stakeholders* associados que possa ser replicado em qualquer lado. Isto está pensado para conseguir escala com o mínimo de recursos possível e com a estrutura o mais leve possível. O objetivo não é ter uma fábrica ou várias fábricas. É simplesmente disseminar o modelo de negócio, para que se consiga criar uma cadeia de valor que seja muito mais equilibrada e que consiga distribuir, de forma muito mais equitativa, o rendimento, criando oportunidades de empregabilidade e resolvendo um problema sistémico. No limite, o nosso objetivo é resolver um problema sistémico enquanto estamos a influenciar ou a criar *lobby* no sentido de alterar as regras do jogo. (Estudo de caso, Coordenadora, 1000 Rostos)

A **Beesweet** aponta que consegue influenciar as políticas, sobretudo através do reconhecimento das suas boas práticas. Ainda que não intervenha diretamente junto dos decisores políticos, considera que o seu reconhecimento por parte de entidades governamentais é uma forma de ir “tocando” as políticas.

4.2.2. Estratégia de *lobbying* e defesa de causas

Através desta estratégia, as empresas sociais procuram influenciar políticas públicas, que limitam ou podem potenciar a sua atuação, tanto coletiva (através de redes, como as referidas anteriormente, que têm também um papel de defesa e promoção do setor) quanto isoladamente, fazendo pressão direta junto de partidos políticos ou órgãos governamentais, criando também ligações e alianças com instituições públicas e privadas para além do movimento ambiental. Um exemplo disto é a associação da Coopérnico à **RESCOOP – European Federation of Renewable Energy Cooperatives**, cujas funções são de pressão política, fornecimento de serviços e partilha de informação. Há também proatividade da **Coopérnico** na área da política energética, solicitando audições com a Secretaria de Estado da Energia, fornecendo pareceres, participando em consultas públicas sobre a regulamentação do setor da energia elétrica, contribuindo com sugestões para o Orçamento de Estado, manifestando a sua visão e recomendações em reuniões e comunicações com grupos parlamentares e a Secretaria de Estado da Energia. Assume também um papel de advocacia no contexto da criação de

comunidades de energia perante uma situação de grandes empresas dominantes no mercado energético, fazendo propostas, como ocorreu na discussão do Orçamento de Estado de 2020, sobre as políticas que podem promover o desenvolvimento destas comunidades.

Outro exemplo é o da **Minga**, que estava na Assembleia da República para falar sobre as suas propostas para a Lei de Bases da Habitação. Foi ouvida pela Comissão parlamentar que redigiu a Lei e muitas das propostas que fez foram incorporadas. Nesta nova Lei de Bases da Habitação, a Minga propôs uma alteração nas políticas necessária para favorecer as cooperativas de habitação, como a que a Minga quer fundar, nomeadamente quanto à possibilidade de atribuir direitos de superfície às cooperativas, para que possam desenvolver projetos de habitação.

A **1000Rostos** refere que tem vindo a desenvolver uma comunicação mais articulada com outras entidades do setor e mais eficaz e direcionada aos *stakeholders* mais relevantes, a par com a criação de boas relações que permitem a disseminação de um trabalho e de uma contracultura em determinados aspetos (Estudo de caso, Coordenadora, 1000 Rostos). Ainda assim, quando questionada em relação à capacidade de influência política, a fundadora apontou que esta ainda é limitada e que uma estratégia para a ampliar seria conseguir escala.

Apesar desta mudança estar a ser politizada e de ser algo que é necessário, estamos a usar todos os mesmos KPI (*Key Performance Indicators*) do modelo tradicional capitalista. Tem que haver aqui alguma alteração, algum *lobby*, alguma influência, alguma alteração da legislação, que é bastante complexa. Se nós tivermos escala, se calhar vamos conseguir influenciar, influenciando vamos conseguir resolver o problema. (Estudo de caso, Coordenadora, 1000 Rostos)

Duas das organizações participantes no *focus group* têm uma intervenção mais focada no *lobby* e na defesa de causas, numa perspetiva mais próxima dos modelos de atuação dos movimentos sociais, e em articulação muito próxima com os movimentos ambientalistas. A **Zero – Associação Sistema Terrestre** procura promover a consciencialização para a crise climática através de uma estratégia de advocacia junto dos meios de comunicação. Por outro lado, procura influenciar a decisão política junto de atores políticos como os ministérios e a Assembleia da República.

Para sustentar a sua atuação, recorre ao trabalho em parceria com redes europeias como a Zero Waste Europe, The European Environmental Bureau, Transports and Environment, Climate Action Network. Utiliza como exemplos de boas práticas projetos que desenvolve na área da regeneração, bem como projetos de outros atores que propõem alternativas. Procura, sobretudo, introduzir no debate público e político uma crítica ambientalista.

Tentamos usar e mobilizar toda esta informação para fundamentar as nossas posições e para partilhar, também, com os decisores políticos, para que eles tenham outras fontes de informação para além daquelas que muitas vezes privilegiam [...], que é a indústria. (*Focus group*, membro da Direção, ZERO)

A **Empregos para o Clima**, é uma campanha que junta mais de 20 organizações, incluindo sindicatos e coletivos, para defender uma mudança política radical no que toca à crise climática.

4.2.3. Codecisão

Através da participação em espaços e instituições de tomada de decisão, as empresas sociais contribuem para a decisão tornando-se interlocutores ou parceiros incontornáveis do poder local ou de agências governamentais. Um exemplo é o da **ADSCCL**, que é ouvida em assuntos referentes ao desenvolvimento local na Lousã e atribui isso aos anos de trabalho em parceria, onde as organizações do território — principalmente as do poder público — puderam ir conhecendo melhor o seu trabalho. Conforme refere a Secretária-Geral, a organização tem abertura para o diálogo e um bom relacionamento com a Câmara e a Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho.

A participação em órgãos de consulta, como o caso da participação da *Vintage for a Cause* no Observatório de Resíduos da Lipor, ou em consultas públicas, como no caso da *Coopérnico* e da *Minga*, contribuem também para a coprodução de políticas. A *Coopérnico*, por exemplo, vai-se constituindo como um interlocutor relevante no domínio das políticas energéticas, influenciando pelo seu conhecimento técnico e prática de implementação de modelos alternativos de energia. Reconhece-se, porém, que a chegada destes modelos a Portugal é tardia e a presença de um contexto de poucos e grandes fornecedores não favorece, ainda, a sua capacidade de influenciar consistentemente as políticas públicas.

Em geral, esta é a forma através da qual as organizações que promovem o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade ambiental têm menos intervenção, pela ausência de uma infraestrutura, sobretudo a nível local, que permita esta coconstrução.

4.2.4. Influência da opinião pública

De maneira geral, todas as organizações estudadas desenvolvem algum tipo de atividades na área da divulgação de informação, sensibilização e consciencialização de públicos diversos para a mudança de comportamentos e práticas. A perspetiva é de que a verdadeira mudança não ocorrerá sem uma mudança na cultura ambiental, que influencie os comportamentos da cidadania. Isto pode acontecer através de campanhas de sensibilização nos meios de comunicação, produção de materiais e intervenções dedicadas nas escolas.

A **Minga** procura sensibilizar e envolver os cidadãos em modelos alternativos de vida, de trabalho e de economia e na promoção da sustentabilidade ambiental e dos territórios. Assume um propósito pedagógico ao, por exemplo, criar um curso sobre “como criar Cooperativas integrais”, que apresenta a grupos e organizações de todo o país. Na sua página do *Youtube* é possível encontrar um vídeo de formação sobre cooperativas integrais, apresentado por Jorge Gonçalves, e outro sobre sustentabilidade económica e custos de uma cooperativa, por Miguel Almeida. Além disso, a *Minga* tem prestado apoio a pessoas e grupos que a procuram, com intenção de criar cooperativas integrais ou não integrais, oferecendo-se como possível incubadora destas iniciativas. Possui também uma estratégia de comunicação e de difusão das suas ideias que passa pela participação regular no jornal local, *Folha de Montemor*, publicação de um boletim digital, *Minga Breves*, que teve 18 números em 2018, e o plano de criação de um programa mensal na Rádio local (RNA).

A **Vintage for a Cause** tem uma estratégia de participação em eventos de carácter ambiental, como é o caso da *Fashion Revolution Week* ou a *Circular Cities Week*, com o objetivo de consciencializar para as questões da economia circular e chamar a atenção para o impacto da moda no ambiente e na sociedade.

A **Coopérnico** faz passar a sua mensagem em órgãos da comunicação social, desde artigos de opinião até notícias sobre os investimentos e modelo de funcionamento. Estas atividades incluem, também, o trabalho com os meios de comunicação, nomeadamente procurando colocar temas nos jornais através do contacto privilegiado com jornalistas que trabalham nestes temas. Uma das suas atividades foi as “Conversas com a Energia”, organizada de Norte a Sul de Portugal, dinamizada pelos grupos locais, onde foi apresentado o trabalho e moldes de desenvolvimento da Cooperativa, e partilhadas dicas de poupança de energia.

A **ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável**, aponta a necessidade de intervir estrategicamente nos diferentes níveis. Procurar alterar a estrutura, como a lei e as instituições, por via da ação política, é considerado de enorme importância. Porém, é reconhecido que estas mudanças são mais fáceis quando existe um consenso alargado e pressão por parte da sociedade, o que descreve como «uma força de base». Muito do seu trabalho é precisamente no sentido de mudança de comportamentos dos cidadãos.

Nós sabemos, por exemplo, que a legislação recente na área dos plásticos só foi conseguida porque houve, de facto, uma enorme mobilização social a diferentes níveis, desde investigadores, a cidadãos comuns, a jornalistas que se movimentaram e falaram e trouxeram essa questão para o debate público e isso ajudou a que os políticos tomassem determinado tipo de decisões. (*Focus group*, membro da Direção, ZERO)

Como estratégia de *outreach* a **Vintage for a Cause** disponibiliza tutoriais que ensinam técnicas de reaproveitamento e reparação de roupa, sensibilizando a comunidade para a importância de adotar comportamentos que permitam poupar e reutilizar recursos, adotando pequenos comportamentos que fazem a diferença.

A **Biovilla** oferece formações aos públicos que a procuram na sua vertente turística, através de *workshops* e retiros e desenvolve trabalho de formação e sensibilização junto das escolas locais: «estamos a trabalhar com duas escolas, desde criar uma hortazinha urbana até trazer os alunos à Biovilla para educação na natureza» (*Focus group*, Presidente, Biovilla). Aponta que, no que toca ao sistema de educação, a mudança deve ir além da garantia de uma “Educação Ambiental”, sendo necessário reformar o modelo educacional como um todo para permitir uma educação integral, incluindo a democratização das escolas através da adoção de um modelo de governança distinto e, ao nível dos currículos e das práticas pedagógicas, um modelo mais participado e de *learning by doing*.

A **DariAcordar** procura promover ativamente a mudança comportamental dos cidadãos através de campanhas de sensibilização. Produziram duas coleções de livros, disponibilizadas no seu *site* que integram o Plano Nacional de Leitura, uma sobre desperdício e outra sobre alimentação sustentável.

A **CUFM** está registada como Operador de Atividades Turísticas – Ar Livre/Natureza e Aventura, oferecendo serviços turísticos que frequentemente têm uma dimensão pedagógica. Os serviços de turismo incluem alojamento e atividades tais como: visitas livres, visitas temáticas, almoços BIO, eventos personalizados, experiências (por exemplo, amassar pão alentejano, conhecer o ciclo da bolota, da cortiça, da azeitona, do tomate e da vinha), prova de produtos, e participação em colheitas.

Na sua vertente educativa, a Herdade do Freixo do Meio possui também o programa **Aprender no Montado**, desenvolvido em parceria com as escolas da região e alguns estabelecimentos de ensino de Lisboa, permitindo a organização de aulas e campos de férias.

Conclusão

Num momento histórico marcado pela incerteza quanto ao futuro e pela necessidade de pensar e construir alternativas que possibilitem a coexistência entre a espécie humana e a natureza, os contributos das empresas sociais parecem-nos de elevada importância, tanto na perspetiva de diagnóstico como de proposta de soluções. Como apontam Nadia Johannisova e colegas (2013), as empresas que se movem nos setores não lucrativo ou não apenas lucrativo, constituindo alternativas ao sistema económico dominante (lucrativo), estabelecem conexões com formas alternativas de fazer economia, contribuindo para o decrescimento (*degrowth*). Esta perspetiva pode constituir uma esperança face ao esgotamento do modelo de crescimento económico infinito, pela sua ameaça de destruição do planeta.

Como procurámos demonstrar, no contexto português, muitas organizações da economia social/empresas sociais encerram em si um modelo alternativo de sociedade, que se molda e, ao mesmo tempo influencia, o modo como percebem os problemas sociais e a forma como

procuram responder a estes. Têm, então, um papel prefigurativo, onde a visão de uma sociedade mais justa, solidária e igualitária é praticada na realidade, nas atividades cotidianas das organizações. Encontramos, entre os casos estudados, propostas de transformação das relações sociais, laborais e de relação com o ambiente na ótica de uma sociedade mais justa e inclusiva. O caráter prefigurativo de algumas das organizações está focado em pensar modelos económicos alternativos e chamar a atenção para a importância da implementação e da experimentação destes modelos na prática.

Referências bibliográficas

- Barca, Stefania. 2020. «Forças de reprodução. O ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno». *e-Cadernos CES*, 34. <https://doi.org/10.4000/eces.5448>.
- Carvalho, António, Vera Ferreira, e Ana Raquel Matos, 2021. «Ontologias do Antropoceno: Crise climática, respostas sociopolíticas e tecnologias emergentes». *Forum Sociológico. Série II*, 38, 5–13. <https://doi.org/10.4000/sociologico.9693>.
- Eckstein, David, Vera Künzel, Laura Schäfer, e Maik Winges. 2021. «Global Climate Risk Index 2021. Who Suffers Most from Extreme Weather Events». *Briefing Paper*. Bonn: Germanwatch.
- EEA – European Environment Agency. 2019a. *The European environment: State and outlook 2020 : knowledge for transition to a sustainable Europe*. https://www.eea.europa.eu/publications/soer-2020/at_download/file.
- EEA. 2019b. *Climate change adaptation in the agriculture sector in Europe* (No. 04). <https://www.eea.europa.eu/publications/cc-adaptation-agriculture>.
- IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. 2019. *Aquecimento Global de 1,5 °C*. Brasil: IPCC. <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/07/SPM-Portuguese-version.pdf>.
- Johanisova, Nadia, Tim Crabtree, e Eva Fraňková. 2013. «Social enterprises and non-market capitals: A path to degrowth?» *Journal of Cleaner Production*, 38: 7–16. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.01.004>.
- Netto, Sebastião, Marcos Sobral, Ana Ribeiro, e Gleibson Soares. 2020. «Concepts and forms of greenwashing: A systematic review». *Environmental Sciences Europe*, 32(1): 19. <https://doi.org/10.1186/s12302-020-0300-3>.
- Pinto, Constança Vaz. 2019. «A Minga na Folha de Montemor». *Folha de Montemor*. <https://mingamontemor.pt/2019/01/22/a-minga-na-folha-de-montemor>.
- Riquito, Mariana. 2021. «Antropoceno Patriarcal, Petro-masculinidades e Masculinidades Industriais: Diálogos feministas sobre crise climática». *ex æquo* 43: 15-29. <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.02>.
- Vidal, John. 2019. «Putting pigs in the shade: The radical farming system banking on trees». *The Guardian*. <https://www.theguardian.com/environment/2019/jul/13/pigs-radical-farming-system-trees-climate-crisis>.